

Jereissati: "Nada foi feito escondido e nunca usei um tostão sequer acima da cota"

Jereissati explica uso de recursos e recebe apoio

Tasso Jereissati contestou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o uso da cota de passagens. Ele informou que, em seis anos de mandato, fretou jatos para apenas sete viagens, com autorização do Senado. Diversos senadores apoiaram Jereissati, destacando sua honradez. O diretor-geral do Senado confirmou a legalidade da atuação. **5**

foto de Genildo Magalhães

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 2.993 – Brasília, sexta-feira, 3 de abril de 2009

Malta quer banco de dados para combater a pedofilia no Brasil

Presidente de CPI encontra-se com congressista autor de projeto que levou à criação de cadastro semelhante nos Estados Unidos

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, defendeu ontem a criação de um banco de dados com informações sobre pedófilos, para combater abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Ele encontrou-se, em Washington, na quarta-feira, com o congressista norte-americano Cristo-

pher Smith e recolheu subsídios para retomar, na CPI, a discussão da proposta. Ontem, Malta e uma comitiva de juizes, procuradores e representantes da Safernet Brasil visitaram entidade que desenvolve um trabalho conjunto entre iniciativa privada e governo no combate à exploração de menores. **4**



Christopher Smith (E) fornece a Malta subsídios sobre combate à pedofilia nos EUA

Divulgação

Comissão convida Dilma e Mantega para discutir o PAC

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deverá explicar o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta de Fernando Collor aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá esclarecer se, diante da crise econômica, será necessário fazer algum replanejamento orçamentário para o programa. **6**



Collor (esq., ao lado de Eliseu Resende) pretende saber se o PAC sofrerá alguma revisão

Sarney: "Alfonsín abriu caminho para mudanças"

Único representante de delegação estrangeira a discursar nos funerais de Raúl Alfonsín, o presidente do Senado destacou a "coragem" e a "visão histórica" do ex-presidente argentino que ajudou a lançar as bases do Mercosul. **3**

J. Freitas



Jonas Pereira

No Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas, o deputado Mendes Ribeiro, os senadores Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio e o representante da Casa Civil Beto Ferreira Martins destacaram a importância da transparência para o fortalecimento da democracia. **4**

Ministros da Saúde e do Planejamento foram convidados a participar de debate que enfocará sobretudo a dificuldade enfrentada por quem busca atendimento pelo SUS

Comissão realizará ciclo de audiências sobre saúde

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) vai promover um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde no Brasil, em especial em relação às dificuldades que a população encontra ao ser atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Proposta nesse sentido, apresentada pela presidente do colegiado, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), foi aprovada pela CAS.

A senadora revelou que já convidou os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para participarem das discussões, em audiências separadas. Rosalba informou ainda que deverá integrar a programação do ciclo de debates a audiência sobre saúde mental, proposta aprovada na CAS no ano passado, mas ainda não efetivada.

Flávio Arns (PT-PR) disse que o debate é importante e deve ser feito neste momento em que o orçamento da Saúde está sendo cortado. Já Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu chamar o médico Adib Jatene para depor, e Garibaldi Alves (PMDB-RN) propôs ouvir o médico Ézio Cordeiro. As propostas também foram acolhidas.



Rosalba ressalta que saúde mental será debatida

A CAS também examinou projeto de Garibaldi que propõe extinguir o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), por entender que ele "é burocrático e apenas repete os dados que já estão na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social". O senador disse que sua proposta pretende desburocratizar procedimentos para diminuir os custos das empresas.

Ao apresentar parecer favorável ao projeto (PLS 463/07), o relator *ad hoc*, Valdir Raupp (PMDB-RO), afirmou que a simplificação das rotinas dos empregadores de todo o país com a extinção do Caged não traria prejuízo algum ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Vista

A votação do projeto foi adiada porque o senador Ro-

berto Cavalcanti (PRB-PB) pediu vista da matéria. Ele alegou que precisa estudar melhor a matéria, uma vez que tomou conhecimento que o Ministério da Previdência Social é contrário ao projeto, por entender que os dispositivos poderão permitir a quebra do sigilo fiscal das empresas e dos trabalhadores.

Agroindústria

A comissão também analisou a proposta de Gilberto Goellner (DEM-MT) que defende a desoneração dos tributos incidentes sobre a exportação de produtos da agroindústria. A medida, explica o senador, visa incentivar o setor. O projeto (PLS 79/08) prevê que a contribuição previdenciária não incidirá sobre as operações de comercialização entre a agroindústria e as empresas exportadoras, quando o destino final for comprovadamente a exportação. A incidência ficará suspensa e será extinta, após a exportação.

Na justificativa, Goellner afirma que "exportar tributos é atentar contra a competitividade do produto no mercado internacional". O relator, Valdir Raupp, apresentou parecer favorável, mas a presidência da CAS acatou pedido de vista coletiva ao projeto.

CAS modifica métodos para acelerar trabalhos

Novos procedimentos para agilizar os trabalhos foram adotados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Uma das decisões tomadas ontem foi limitar em quatro o número de participantes nas audiências públicas promovidas pela comissão.

Também será elaborado um resumo conclusivo das discussões nas audiências, para melhor compreensão dos parlamentares. A comissão trata de temas relacionados à saúde, ao trabalho e à previdência social.

As sugestões foram apresentadas pela presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Também ficou decidido que os relatores das propostas serão substituídos quando, em um período de 30 dias – prorrogados por mais 15 dias –, não se manifestarem com relação à

matéria.

Na mesma reunião, a Comissão aprovou requerimento de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) propondo realização de audiência pública para debater o exercício da profissão de físico. A audiência com especialistas é para instruir o projeto (PLS 159/05) – em tramitação na CAS –, que define normas para o exercício da profissão. A data do encontro ainda será marcada.

Mulher

Ficou para uma das próximas reuniões da CAS a votação do parecer favorável, elaborado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 100/07) que prevê a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna, no âmbito



Marisa dá parecer favorável a projeto que previne mortalidade materna

dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Pela proposta, os comitês deverão ficar sob a esfera do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre as atribuições dos comitês estão: investigar as circunstâncias de cada morte materna; identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pelo falecimento da mãe; e promover atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher.

Fátima Cleide: superintendência do BB em Rondônia é necessária

A recriação da superintendência do Banco do Brasil (BB) em Rondônia foi defendida por Fátima Cleide (PT-RO). A senadora disse que a medida é justificada pelo potencial econômico do estado, cujo produto interno bruto (PIB) cresceu, entre 2002 e 2005, à taxa média anual de 18,5%, diante de 13,3% e 15,4% do país e da região Norte, respectivamente.

Fátima Cleide acrescentou que a recriação da superintendência também se justifica pelos investimentos previstos para Rondônia na proposta orçamentária da União deste ano, entre eles a construção da BR-364 e da ponte sobre o rio Madeira. Ela salientou ainda as obras locais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que poderão superar R\$ 28 bilhões em investimentos.

A senadora explicou que entre 1996 e 1997 foram extintas as superintendências do BB em Roraima, Acre e Amapá, sendo que as duas primeiras ficaram vinculadas à superintendência do Amazonas e a terceira, à do Pará. A de Rondônia, por sua vez, foi reduzida ao *status* de Gerência Regional de Varejo,



Fátima Cleide explica que gerência de varejo é hoje vinculada a Mato Grosso

ficando vinculada à superintendência do BB em Mato Grosso.

– Não é difícil imaginar os transtornos administrativos, logísticos e operacionais de lidar com uma superintendência radicada em um estado distinto, pertencente a outra região, com história e vocação econômica próprias, além de uma dimensão territorial que diminui as potencialidades de seu vizinho. Afora isso, há os efeitos negativos da distância quanto ao processo decisório – disse.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o BB apresenta alta capilaridade em Rondônia e que a instituição irá se fortalecer com a aquisição futura de novas instituições financeiras.

Arns lembra Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo

Flávio Arns (PT-PR) registrou ontem a passagem do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo.

O senador fez um apelo ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que reveja uma portaria editada no final de 2008 que modifica o repasse de recursos aos estados e municípios para estruturar o atendimento de pessoas com autismo e deficiência física e intelectual.

Segundo Arns, a partir da portaria os recursos, que antes eram estratégicos e, portanto, extrateto, adicionais aos repasses para a área de saúde de estados e municípios, passaram a ser contabilizados em conjunto, e não mais de forma diferenciada. O senador teme que assim estados e municípios, com tantas dificuldades na área de saúde, "não apliquem esses recursos para as necessidades da pessoa com deficiência".



Flávio Arns pede revisão de portaria que modifica repasse de recursos

– Além disso, os recursos repassados já são 30% menores do que aqueles que vinham sendo repassados – frisou.

Arns fez um apelo para que o Ministério da Saúde "retire a portaria", e continue o repasse diferenciado, para que estados e municípios "criem a cultura, consolidem os serviços e acertem os encaminhamentos necessários" para atender os deficientes físicos, intelectuais e autistas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, com início às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos estão Papaléo Paes (PSDB-AP) e João Durval (PDT-BA).



Aloizio Mercadante destaca serviços prestados por jornal a São Paulo

Mercadante homenageia o jornal A Tribuna de Santos

O jornal *A Tribuna* da cidade de Santos (SP) recebeu homenagem de Aloizio Mercadante (PT-SP). Requerimento, de autoria do senador, foi aprovado pelo Plenário da Casa. Mercadante ressaltou os serviços prestados pelo veículo ao estado de

São Paulo.

– *A Tribuna* mantém sucursais e correspondentes por toda a região metropolitana da Baixada Santista e, desde sua fundação, oferece um completo noticiário regional, nacional e internacional – enfatizou Aloizio Mercadante.

Brasileiros no exterior querem ter representantes na Câmara

A eleição de representantes de emigrantes já é uma realidade em países como Espanha, Itália e Portugal, observou em entrevista à Agência Senado o embaixador Oto Agripino Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. A afirmação ocorreu em referência à proposta de emenda à Constituição (PEC 5/05), aprovada quarta-feira pelo Plenário em primeiro turno, que dá aos brasileiros residentes no exterior o direito de eleger deputado federal.

– Recebemos com muito entusiasmo a aprovação da proposta, que conta com o nosso apoio. Essa é uma ideia que encontra muita receptividade entre os brasileiros no exterior – disse Oto Maia.

Entre os aproximadamente 3 milhões de residentes fora do país, esclareceu, apenas 136 mil se registraram nos consulados brasileiros para votar nas últimas eleições presidenciais. Na opinião do embaixador, pode ser verificado nas comunidades brasileiras certo distanciamento em relação às questões políticas nacionais. O interesse pelo Brasil pode crescer, a seu ver, com a criação da representação.

O estabelecimento da repre-

sentação conta com a simpatia do presidente da Associação Brasileira dos Dekasseguis, Kiyoharu Miike. A preocupação inicial dos imigrantes neste momento, afirmou Oto Maia, é com a manutenção do emprego. Em sua opinião, a representação ajudaria a criar um canal para divulgar a situação de quem vive no exterior.

O apoio à PEC também foi uma das principais decisões da 1ª Conferência Brasileiros no Mundo, realizada em julho do ano passado no Rio de Janeiro. Promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, o encontro foi a primeira grande iniciativa do governo para se aproximar dos brasileiros que vivem no exterior.

Para o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a PEC aprimora a representação popular.

– A proposta vai significar um apoio forte aos brasileiros que estão fora do Brasil.

Já o presidente da Comissão de Justiça, Demostenes Torres (DEM-GO), disse que a medida fortalece os laços desses brasileiros com o país, mas que este não é o momento de ampliar as despesas do Legislativo.



Appio Acquarone Filho, Paulo Wangner, Eduardo Azeredo e Paulo Roberto Tarrisse

Aprovados embaixadores para o Líbano, Granada e Barbados

A possibilidade de participação do Brasil no processo de paz do Líbano foi ressaltada pelos senadores que participaram ontem da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprovou o novo embaixador brasileiro em Beirute, Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura.

Relator da indicação, Pedro Simon (PMDB-RS) recordou sua própria origem libanesa e disse que o Brasil tem condições de participar do processo de paz na região, por manter uma posição de respeito em relação aos países árabes e a Israel.

O novo embaixador anunciou sua intenção de retomar a cooperação técnica e de estimular a reabertura de voos diretos entre os dois países.

Romeu Tuma (PTB-SP) disse concordar com a possibilidade de o Brasil exercer um papel importante na busca pela paz na região. João Pedro (PT-AM) ressaltou a presença dos libaneses na Amazônia.

A comissão também aprovou as indicações de Paulo Wangner de Miranda, para o cargo de embaixador em Granada, e de

Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, para exercer a função em Barbados.

Relator da indicação de Wangner, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou por que tantas embaixadas estariam sendo criadas em um momento de crise econômica. O mesmo questionamento foi feito pelo relator da indicação de Acquarone, João Tenório (PSDB-AL), para quem o governo deveria adotar um “critério no mínimo rigoroso” ao analisar a abertura de novas embaixadas. Preocupação semelhante também foi demonstrada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ao comentar a presença brasileira na região, Wangner disse que o Brasil “pode fazer a diferença” no Caribe, onde existe uma grande demanda por cooperação técnica. Acquarone observou que os países caribenhos “esperam muito do Brasil, pelo que representa e pelo que pode representar” no futuro.

O presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín.

O presidente do Senado lembrou que Alfonsín, “um estadista”, teve papel decisivo para distensionar as relações entre Brasil e Argentina, superando desconfiças históricas



O senador José Sarney foi o único representante de delegação estrangeira a discursar nas despedidas a Raúl Alfonsín

Sarney destaca coragem e visão histórica de Alfonsín

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, foi o único representante de delegação estrangeira a discursar, ontem, nos funerais do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín. Essa honra foi concedida pelo fato de Sarney e Alfonsín terem sido presidentes na mesma época, além de serem muito amigos e responsáveis pela redemocratização de seus países. Alfonsín, que morreu vítima de câncer pulmonar, aos 82 anos, presidiu a Argentina de 1983 a 1989.

No discurso, Sarney afirmou que o ex-presidente argentino foi um dos maiores homens públicos das Américas.

– A coragem e a visão de estadista que tinha Alfonsín abriram caminho para mudanças que marcaram profundamente não só a Argentina, mas a América Latina – destacou o presidente do Senado.

Sarney lembrou ainda que sempre teve a convicção de que qualquer “competição” entre Brasil e Argentina seria um erro histórico”. Em encontro com Alfonsín em Foz do Iguaçu (PR), nos idos de 80, relembrou o senador, os dois chefes de Estado acabaram assinando acordos básicos, delineando a realidade

política vivida por toda a região nos dias de hoje.

Alguns fatos históricos foram ressaltados por Sarney para comprovar que Alfonsín esteve na linha de frente para eliminar atritos históricos entre Brasil e Argentina, muitos deles alimentados por reservas políticas e “propaganda maciça do período militar”. Um deles foi Alfonsín ter aceitado convite para visitar a hidrelétrica de Itaipu, então considerada pelos argentinos como uma ameaça a seu país. O outro foi o próprio presidente brasileiro ser convidado para visitar as usinas nucleares de Picaneyeu, perto de Bariloche, onde “nunca tinha estado um presidente da Argentina”. Na mesma linha de decompressão, Sarney assinalou que o então presidente argentino inaugurou oficialmente a usina nuclear brasileira de Aramar, operada pela Marinha de Guerra do Brasil.

A visita do presidente Raúl Alfonsín a Itaipu, segundo o presidente do Senado, mostrava claramente que as relações entre os dois países estavam se alterando, e de forma positiva.

– No dia seguinte, os jornais da Argentina e do Brasil estam-

pavam as fotos dos presidentes, no monumental sangradouro da usina. Numa sociedade visual, a força desse encontro constitui-se num grande impacto. As coisas estavam mudando – ressaltou Sarney.

Na despedida, o senador, emocionado, classificou Alfonsín como um patrimônio que une Argentina e Brasil.

– No dia em que a relíquia do seu corpo é devolvida ao chão de sua pátria, estamos cientes de que sepultaremos um patrimônio não só da Argentina, mas também de nossos países irmãos – afirmou.

Viagem

Como representante do governo brasileiro, o presidente do Senado chegou na quarta-feira à noite a Buenos Aires para participar dos funerais. Ele seguiu direto para o Senado argentino, onde se realizava o velório, sendo recebido pelo vice-presidente da República e presidente do Senado, Julio Cobos; pelo vice-chanceler, Víctorio Taccetti; e pelo ex-secretário de Relações com a América Latina do governo Alfonsín, Raul Ancónada. Sarney voltou ao Brasil no início da noite de ontem.

Flexa Ribeiro anuncia proposta para evitar perda de municípios

Ao avaliar as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras com a crise econômica, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que os municípios não podem ser prejudicados pelas isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos setores automobilístico e de construção civil. Ele ressaltou que não discorda da medida, mas que o governo federal também precisa atentar para os mais necessitados.

As prefeituras, afirmou o senador, vêm sendo afetadas pela queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), composto por 22,5% das arrecadações do IPI e do

Imposto de Renda (IR). Parte da queda é atribuída à própria crise e à consequente baixa das receitas tributárias, mas o que o parlamentar criticou foi a perda causada pelas isenções de IPI.

Para evitar que as prefeituras sejam prejudicadas pelos incentivos em questão, Flexa Ribeiro anunciou que apresentará proposição determinando que o governo federal só poderá conceder isenções de IPI e IR com os recursos destinados à União e não com aqueles reservados para estados e municípios.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo concede benefícios setoriais, mas



Senador critica queda do FPM em decorrência de isenções de IPI

as consequências são prejuízos gerais, já que todos os municípios são afetados. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também em aparte, sugeriu que os incentivos ao setor produtivo sejam feitos a partir das contribuições cuja arrecadação destina-se apenas à União.

PLENÁRIO APROVA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA

O Plenário aprovou a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 2009, elaborada pelo Banco Central. O Projeto de Decreto Legislativo 168/09 agora vai à Câmara. O documento ratifica que, neste ano, a restrição ao crédito externo e a redução do ritmo da atividade econômica internacional devem provocar a deterioração do resultado do balanço de pagamentos, “persistindo, contudo, condições adequadas de financiamento”. Quanto ao setor privado, preve que as empresas enfrentarão condições mais adversas para a renovação de empréstimos em relação aos últimos cinco anos.

PECS SOBRE MAIORIDADE PENAL VOLTAM À CCJ

Deverão ser novamente analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) as propostas sobre redução da maioridade penal. Caberá à CCJ examinar as emendas apresentadas em Plenário ao substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) às PECs 20/99, 90/03, 26/02, 03/01 e 09/04. De acordo com o texto, menores de 18 e maiores de 16 anos só poderão ser penalmente imputáveis se, à época em que cometeram a ação criminosa, apresentavam “plena capacidade” de entender o caráter ilícito do ato. Para isso, o juiz pedirá um laudo técnico de especialistas. Os jovens cumprirão pena em local distinto dos maiores de 18 anos.

MP QUE PERDOA DÍVIDAS JÁ ESTÁ NA PAUTA

Já foi lida em Plenário a medida provisória que perdoa dívidas de até R\$ 10 mil de contribuintes com a Receita Federal e estabelece novas regras de parcelamento de débitos de tributos federais. A matéria – o Projeto de Lei de Conversão 02/09, oriundo da MP 449/08 – está trancando a pauta do Senado e foi incluída na ordem do dia de terça-feira. Quando a medida foi analisada na Câmara, os deputados estenderam os benefícios programados pelo governo, e previram a correção das dívidas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou por apenas 60% da taxa Selic.

CPI vai estudar criação de banco de dados de pedófilos

Em encontro com congressistas americanos e entidades civis, delegação brasileira analisa experiências exitosas no combate à exploração de crianças e adolescentes

O SENADOR MAGNO Malta (PR-ES), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, encontrou-se, nos Estados Unidos, com o congressista norte-americano autor do projeto que levou à criação de um banco de dados sobre pedófilos, considerado um importante instrumento de combate à pedofilia naquele país. Após o encontro com Christopher Smith, em Washington, na quarta-feira, Magno Malta se disse convencido de que o Brasil deve adotar estratégia semelhante.

– Nós já tínhamos discutido, na CPI, a elaboração de um projeto propondo um cadastro de pedófilos. Com as informações sobre a experiência norte-americana, poderemos aperfeiçoar a proposta para criar, no Brasil, um banco de dados semelhante – disse o senador,

em entrevista por telefone à Agência Senado.

Magno Malta lidera delegação brasileira formada por juizes, procuradores, promotores e representante da Safernet Brasil, que visita órgãos públicos e organizações privadas dos Estados Unidos, ligados ao combate à pedofilia. Na semana passada, eles participaram do Fórum para Líderes de Governo-Américas, promovido pela Microsoft Corporation. Também se reuniram com a direção da Microsoft e visitaram a sede do Google nos Estados Unidos.

Sobre a conversa com Christopher Smith, o senador destacou “a convergência de ideias”, necessária para a cooperação visando ao combate a “um crime sem fronteiras”. Magno Malta convidou o congressista norte-americano para visitar o

Senado brasileiro e participar de seminários programados para este semestre, que vão tratar de medidas de repressão à exploração sexual de menores.

Parceria

Ontem, a delegação visitou o Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Vítimas de Exploração Sexual (NCMEC), entidade não governamental, estabelecida nos Estados Unidos, que recebe denúncias e investiga abusos sexuais contra menores. No encontro, foram discutidas técnicas de reconhecimento da prática de pedofilia na internet, além de estratégias de identificação e busca de crianças desaparecidas.

Para o senador, o NCMEC é um bom exemplo de trabalho conjunto envolvendo a iniciativa privada e governo.

Heráclito quer priorizar investigação da Finatec



Senador do DEM quer saber como recursos públicos foram utilizados

O presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais – CPI das ONGs –, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), pediu que a comissão priorize a investigação das informações sobre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Ele disse que existem escândalos envolvendo a fundação e,

em sua opinião, os integrantes da CPI precisam esclarecer como os recursos públicos são utilizados.

Na próxima terça-feira, às 14h, a CPI das ONGs tem reunião marcada para examinar mais de 40 requerimentos. Entre os requerimentos em pauta está o que solicita transferência de sigilo bancário e fiscal da Fundação Universidade de Brasília (Fubra).

Comissão analisará regulamentação da Constituição

Na presidência dos trabalhos em Plenário, o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, leu ontem as indicações de 12 senadores – seis suplentes e seis titulares – que irão integrar a comissão temporária criada para estudar os dispositivos constitucionais que ainda precisam ser regulamentados. Requerida no início dos trabalhos legislativos

deste ano pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), para a comissão ficar completa ainda falta a indicação de outros dez senadores, sendo mais cinco titulares e cinco suplentes.

Já foram confirmados como membros titulares até o momento os senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Marco Maciel (DEM-PE), Antônio Car-

los Valadares (PSB-SE), Tião Viana (PT-AC), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Como membros suplentes foram indicados os senadores Eliseu Resende (DEM-MG), Jayme Campos (DEM-MT), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Magno Malta (PR-ES), Marina Silva (PT-AC) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Acesso a informações é direito da sociedade, dizem especialistas

A necessidade de os países elaborarem legislações considerando o acesso à informação um direito da sociedade foi ontem a tônica dos debates no segundo dia do Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas. Esta é uma tendência mundial, na avaliação de Rosental Calmon Alves, da Universidade do Texas, em Austin (EUA), um dos palestrantes.

O seminário, que está sendo realizado no Senado, é promovido pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas e conta com a presença de especialistas do Brasil, México, Estados Unidos, Canadá e Chile. No encontro, o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, disse

que mais difícil do que adequar a legislação é “mudar a cabeça dos homens, moldada pela ditadura”. O ministro-chefe da Controladoria Geral da República (CGU), Jorge Hage, afirmou que o Brasil está entre os países mais avançados no que diz respeito a colocar em público as informações – a chamada transparência ativa. Já quanto à divulgação de informações solicitadas pela sociedade, “ainda precisa se nivelar a outros países”.

Para Cláudio Abramo, da ONG Transparência Brasil, o Brasil tem aumentado os níveis de informação sobre execução orçamentária, contratos e convênios no âmbito do Executivo, porém é omissos a respeito de processos decisórios e indicadores de desempenho.



Mendes Ribeiro, Mercadante, Beto Ferreira, Arthur Virgílio e Fernando Gabeira

Para parlamentares, transparência consolida e aprimora a democracia

O projeto de lei sobre o acesso a informações públicas no país – a ser enviado pelo Executivo ao Congresso até o fim deste mês – representa um avanço na consolidação e aprimoramento da democracia brasileira, na opinião dos parlamentares que participaram, ontem, do Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas.

Os parlamentares – entre eles os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Mendes Ribeiro (PMDB-RS) – destacaram ainda a importância dos avanços tecnológicos, principalmente a

internet, na viabilização desse acesso e no armazenamento de informações.

Virgílio afirmou também que a transparência das informações públicas e o fácil acesso a elas é um dos mecanismos de combate à corrupção e às práticas contrárias ao regime democrático.

Já Mercadante destacou que a regulamentação do acesso às informações públicas vai “aprimorar a qualidade das políticas públicas, aumentar o controle sobre o Estado e exigir um comportamento pelo qual todo homem público tem que prestar contas sobre as suas condutas”.

Instalado comitê do Portal LexML

Para lançar no dia 19 de maio o Portal LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica na Internet – com 1 milhão de documentos disponíveis, representantes do Legislativo, Judiciário e Executivo instalaram,

em reunião realizada ontem no Senado, o comitê gestor da informação do portal.

O LexML Brasil (www.lexml.gov.br) é um portal de busca criado para facilitar o acesso do público, pela internet, a textos

de leis, decretos, acordões, súmulas. O comitê vai trabalhar na criação de um vocabulário comum de identificação dos documentos produzidos pelos três Poderes nas esferas federal, estadual e municipal.

Segundo Deomar Rosado, diretor da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), o sistema terá “padrões abertos, integração de processos de trabalho e compartilhamento de dados.”

Senadores prestam solidariedade a Tasso Jereissati, que, segundo diretor-geral, "pautou-se pelos ditames da legalidade, transparência e publicidade"

Diretor-geral garante lisura de atuação

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), leu ontem em Plenário, ao presidir a sessão, ofício do diretor-geral da Casa, José Alexandre Lima Gazineo, assegurando que é legal o uso feito por Tasso Jereissati da verba de passagens aéreas. O ofício foi enviado como esclarecimento ao próprio vice-presidente, em função de matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*.

No documento, Gazineo lembra que o Ato da Comissão Diretora 62/88 garante a cada senador o direito de usar cinco passagens aéreas por mês. De acordo com o diretor-geral, embora a conversão em espécie do valor dessas passagens seja um aspecto omissivo no ato, isso não impede que os órgãos competentes do Senado Federal analisem e autorizem essa forma de uso.

"Nota-se deste modo, senhoras e senhores senadores, que a atuação do senhor senador Tasso Jereissati pautou-se de forma iniludível pelos ditames da legalidade, transparência e publicidade, restando observados os princípios constitucionais que norteiam a administração pública e as normas que regulam a atividade parlamentar no Senado Federal", diz Gazineo na nota.

Gastos dos senadores estão na internet

O Senado começou a divulgar na internet os gastos realizados pelos senadores com os recursos da verba indenizatória. Os dados podem ser encontrados no site www.senado.gov.br/sf/senadores/verba/Asp/Apresentacao.asp.

No início de março, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou a decisão de "dar publicidade a essa verba da mesma forma que a Câmara dos Deputados o fez, seguindo o mesmo ato a que a Câmara procedeu".

– Colocaremos todas as informações que forem necessárias à maior transparência sobre as verbas indenizatórias – afirmou ele.

José Sarney e o presidente da Câmara, Michel Temer, vêm discutindo a adoção de regras comuns para o uso dessa verba – esse foi um dos assuntos debatidos na reunião que eles fizeram na quarta-feira passada.

Jereissati contesta jornal e explica uso de recursos do Senado em viagens

TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) contestou ontem reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual ele teria utilizado irregularmente sua cota de passagens aéreas disponibilizada pelo Senado para fretar jatos particulares e até comprar combustível para seu próprio avião. Ele classificou as acusações como "insinuações falsas" que visam manchar a sua biografia. Afirmou que se houver comprovação de alguma ilegalidade no uso da cota, ou do gasto pelo menos do equivalente à sua cota anual, devolverá esse valor em dobro.

O senador informou que ao longo dos seus seis anos de mandato fretou jatos para apenas sete viagens e que, hoje, tem um grande saldo de passagens aéreas ainda não utilizadas. Ele disse que consultou, por meio de ofícios, a Diretoria Geral do Senado sobre a possibilidade de utilizar a sua cota em fretamento de jato e que jamais solicitou seu uso para a compra de com-

bustível do seu próprio avião ou conversou sobre esses assuntos com o então 1º secretário, Efraim Morais (DEM-PB).

– Não sei de onde o repórter tirou essa ideia. Estive com ele ontem [quarta-feira] e disse claramente que nunca pedi autorização especial. Apenas utilizei a burocracia normal, pública, transparente, fazendo ofícios ao diretor-geral perguntando se poderia utilizar a minha cota de passagens aéreas do mês respectivo para fretamento de viagens na empresa TAM, com toda clareza e toda transparência. Nada foi feito escondido e nunca usei um tostão sequer acima da minha cota – assegurou.

Maledicência

Jereissati estranhou o fato de ter sido "pinçado" dentre todos os senadores e deputados que também usam suas cotas para fretamento de jatos há pelo menos 20 anos, conforme levantamento solicitado por

ele. Também negou que tenha se aproveitado de uma suposta brecha, que teria permitido ao 1º secretário autorizar a utilização das cotas sem consulta prévia à Mesa do Senado.

– A vida de um senador não se resume às viagens entre Brasília e o seu estado natal. Há 15 dias estive em Roraima, onde fiz palestra sobre a questão da Venezuela. Na próxima semana, estarei em São Paulo, para debater o crédito. Quanto mais triangular for a viagem, mais difícil fica o deslocamento rápido. É hipocrisia tentar dizer que um senador só pode viajar entre seu estado e Brasília – afirmou.

Jereissati assinalou que as passagens aéreas a que os senadores têm direito não passam de uma ferramenta disponibilizada para facilitar o deslocamento por todo o país. Na sua avaliação, esse tipo de insinuação publicada pela *Folha de S. Paulo* não tem nada a ver com legalidade ou ilegalidade, mas com a tenta-

tiva de plantar suspeitas.

– É maledicência inaceitável. O que queriam é, dentro do espírito de maldade que permeou determinado grupo no Senado, tentar descobrir que esses recursos não eram para pagar o fretamento, mas uma trama, uma picaretagem para desviar recursos para pagar o combustível do meu próprio avião. É absolutamente ridículo. Era a essa denúncia que queriam chegar, mas não chegaram e não vão chegar nunca – afirmou.

Jereissati disse que há uma luta dentro do Senado, onde um grupo de senadores se insurgiu contra outro grupo que domina a Casa e é responsável pela montagem de "uma máquina descontrolada, à margem de todos os limites éticos, morais e administrativos". Ele frisou que o grupo insurgente está tentando pôr fim a esses procedimentos e, por isso, está ferindo, aborrecendo e criando inimigos "de mau caráter".



Na sessão presidida por Marconi Perillo, Tasso Jereissati (D) relaciona denúncias a "espírito de maldade que permeou determinado grupo no Senado"

Senadores prestam solidariedade e defendem mais transparência

Ao se solidarizar com Tasso Jereissati, os senadores defenderam a reformulação administrativa da Casa, com vistas à transparência.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que teve início "o desmonte de um grupo que tem estado no comando do Senado há muito tempo, fazendo favores uns para os outros, assemelhando-se a um polvo, mas que ainda não foi derrotado e continua atuando".

Conforme Alvaro Dias (PSDB-PR), Jereissati não precisa de advogado porque tem a própria história e um patrimônio ético que advoga por ele.

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que a denúncia contra Jereissati, a quem considerou um homem de "honra inatacável", oferece nova oportunidade de se discutir a reformulação administrativa do Senado.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que o maior erro cometido pelos senadores, incluindo ele próprio, é o da omissão. E pediu a realização de reuniões mensais de traba-

lho, o estabelecimento de uma pauta de votações e o exame de medidas administrativas.

Respondendo a Simon, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que tomou posse há apenas 60 dias e tem procurado corrigir erros administrativos históricos. Heráclito lembrou ainda que os parlamentares podem pedir ajuda de custo até para transporte com barcos quando se locomovem em regiões que assim o exigem.

Para Patrícia Saboya (PDT-CE), "é constrangedor" ter de prestar solidariedade a um senador tão correto quanto Jereissati. A continuar o que ela chamou de "guerra podre entre dois grupos", os parlamentares decentes tenderão a abandonar a cena política em favor "do mau exemplo e da bandidagem".

O líder do DEM, José Agripino (RN), desqualificou as denúncias contra Jereissati, afirmando que o senador é um dos personagens políticos mais importantes do Congresso Nacional.

País assiste a uma tentativa de "desmoralização do Congresso"

A história da atuação política de Tasso Jereissati e sua correção como homem público foram apontadas ontem por diversos senadores, que também lamentaram a série de denúncias contra o Senado.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que Jereissati "tem uma vida completamente limpa e, na verdade, paga para ser senador". Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ressaltou que é penoso ver um homem digno, honesto, ético e correto ter que dar uma explicação pessoal.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o país está assistindo a uma tentativa de "nivelamento por baixo e de desmoralização do Congresso". Mário Couto (PSDB-PA) assinalou que "estão querendo transformar coisas legais em coisas ilegais, e até existe uma fábrica costurando isso".

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu a discussão sobre o uso de passagens e a transparência em sua utilização. Gilberto Goellner (DEM-MT) propôs que a Mesa do Senado emita uma

norma mais clara sobre a cota de passagens. Segundo Lúcia Vânia (PSDB-GO), quem convive com Jereissati sabe o quanto é duro para um homem da sua correção e honestidade prestar esclarecimento sobre fato que é legal e correto.

Marco Maciel (DEM-PE) observou que a vida política de Jereissati o coloca entre os melhores homens de Estado no Brasil. Garibaldi Alves (PMDB-RN) frisou que o senador é um exemplo de "homem íntegro e puro". Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) salientou que Jereissati está acima de "acusações mesquinhas".

Para Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a defesa de Jereissati é a sua própria vida. Marconi Perillo (PSDB-GO) ressaltou que "Jereissati levou o Ceará a uma história de ética, responsabilidade social e inclusão". Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que Jereissati é um exemplo de político honrado, ético e competente. Para Mão Santa (PMDB-PI), o trabalho de Jereissati "é sério, honesto".

Senadores da CI aprovam audiência para discutir dificuldades enfrentadas por produtores rurais e empresários do setor devido às limitações no transporte de cargas. E adotam novas regras para exame de nomes indicados pelo Executivo

Votação de projeto sobre eclusas será no dia 16 de abril

Proposta que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias será analisada em 16 de abril na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Do senador Eliseu Resende (DEM-MG), o projeto (PLS 209/07), que deveria ser votado ontem pela comissão, em decisão terminativa, foi retirado de pauta pelo relator, Delcídio Amaral (PT-MS). O senador pretende que sejam incorporadas ao texto sugestões do Ministério de Minas e Energia.

Eclusa é um dispositivo de engenharia hidráulica que permite aos barcos subirem e descerem os cursos de água em locais onde há desníveis (barragem, quedas de água ou corredeiras). A obra é fundamental, explica o autor do projeto, para a plena utilização da malha hidroviária brasileira. Eliseu Resende lembra que o Brasil possui 40 mil quilômetros de vias navegáveis e potencialmente navegáveis, distribuídos em nove bacias hidrográficas.

– Vale a pena esperar mais duas semanas, pois o projeto é vital para o Brasil. As eclusas vão dar mais competitividade para o escoamento da produção, porque permitem fretes e produção mais baratos – disse Delcídio.

Para Eliseu Resende, o adiamento poderá garantir o rigor necessário à aprovação da matéria, já que se trata de assunto bastante complexo.



Fernando Collor (E) preside reunião da CI, que também aprovou audiência pública sobre o sistema de transporte de cargas

Comissão quer ouvir Dilma e Mantega sobre obras do PAC

OS MINISTROS DA Fazenda, Guido Mantega, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, deverão comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para debater o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As duas audiências públicas, requeridas pelo presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL), foram aprovadas ontem.

O requerimento de convite a Guido Mantega propõe que o ministro também fale a respeito da crise econômica e suas consequências na programação orçamentária de 2008/2009.

Segundo Fernando Collor, é nítido o alastramento da crise financeira na economia real de todos os países.

– É imperioso que esta Co-

missão de Serviços de Infraestrutura obtenha do ministro da Fazenda todas as informações e perspectivas das ações governamentais para os próximos dois anos, com enfoque numa possível revisão ou replanejamento orçamentário para a continuidade da execução do PAC – justificou Collor.

Já Dilma Rousseff deverá explicar o andamento do PAC.

Transporte

Também serão discutidas na CI as dificuldades, limitações e prejuízos impostos, por problemas no sistema de transporte de cargas, aos produtores rurais e empresários do setor.

De acordo com requerimento de autoria de Kátia Abreu (DEM-TO), aprovado pela co-

missão, devem ser convidados para discutir o assunto representantes da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

A senadora ressaltou que o debate permitirá que o Senado, ao ouvir críticas e sugestões, contribua para a solução dos problemas e para a formulação de uma política para o setor.

A CI acolheu ainda a indicação de convidados para seis audiências sobre infraestrutura. Estarão em pauta os seguintes temas, entre outros: infraestrutura e políticas públicas; indústria de medicamentos e marcos da regulação; e banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações.

Goellner quer arquivar projeto sobre crédito para biodiesel

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) informou ontem, em reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que vai solicitar o arquivamento de proposta que estabelece linhas de crédito para investimento em unidades de produção de biodiesel e para cultivo de oleaginosas a serem utilizadas na fabricação de biodiesel.

Gilberto Goellner disse que pretende fazer a solicitação aos senadores César Borges (PR-BA) e João Tenório (PSDB-AL), respectivamente autor e relator do projeto (PLS 18/07), para que

retirem a proposta definitivamente da pauta.

– O projeto é inadequado para o momento, pois a produção de biodiesel hoje, no país, está ociosa, o que causa dificuldades aos investidores do setor. Os valores comercializados estão abaixo do custo de produção, situação adversa do que ocorria em 2007, época da apresentação do projeto – afirmou Goellner.

O comunicado foi feito quando o presidente da comissão, Fernando Collor, anunciava a retirada da matéria da pauta de votação.

Jefferson pede ajuda a atingidos por enchentes

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu, em discurso, ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que faça tudo ao seu alcance para auxiliar as prefeituras e as famílias atingidas pelas inundações no interior do Amazonas.

O parlamentar mencionou as previsões meteorológicas que apontam para a elevação das águas do Solimões a um nível superior ao das cheias de 1953, as piores do século passado naquele estado.

Ao alertar para a situação de calamidade que já castiga seis municípios atingidos por enchentes no Amazonas, o senador encaminhou à Mesa diretora requerimento de informações endereçado ao Ministério da Integração Nacional. O objetivo é obter esclarecimento sobre as providências que foram tomadas até agora pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sindec) no sentido de socorrer as comunidades de Atalaia do Norte, Barrerinha, Benjamin Constant, Guajará, Tabatinga e Eirunepé.

Terras

Jefferson Praia também se referiu no pronunciamento a encontro que será realizado hoje, no Amazonas, para discutir a Medida Provisória 458/09, que dispõe sobre a regularização de terras na Amazônia Legal. Ele informou que a audiência pública será promovida pela Comissão de Meio Ambiente do Senado em parceria com a assembleia legislativa do estado.

– Vamos debater todos os aspectos relacionados a esta medida provisória, que, na minha avaliação, vem em boa hora, mas que precisa ser discutida, para que possamos avançar no sentido de resolver um dos grandes problemas do nosso país, que é a questão fundiária na Amazônia Legal – afirmou o senador.



Senador alerta para previsões de grande inundação no Amazonas

Mudanças na votação de autoridades

O processo de votação secreta, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoridades indicadas pelo Executivo poderá ser feito antes da conclusão da arguição do candidato. A exigência é que ele já tenha feito exposição oral sobre a área para qual foi indicado. A decisão foi tomada ontem pela CI, após consulta ao Regimento Interno do Senado.

Audiência pública na CI deve ter novas regras

Cada palestrante convidado a participar de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura terá até oito minutos para fazer sua exposição. Esse foi um dos procedimentos, sugeridos ontem pelo presidente da CI, Fernando Collor, que receberam a aprovação do colegiado. O objetivo é organizar os debates durante as audiências.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Mão Santa • Gilvam Borges • Flexa Ribeiro • Lúcia Vânia • Mozarildo Cavalcanti

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Gilvam defende piso salarial de R\$ 7 mil para os médicos

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu em discurso a aprovação de projeto de lei da Câmara dos Deputados que fixa em R\$ 7 mil o salário mínimo dos médicos. Informou que o projeto, apresentado pelo deputado Ribamar Alves (PSB-MA), tem voto favorável do relator, deputado Mauro Nassif (PTB-RO).

O senador relatou que entidades representativas da classe médica encomendaram à Fundação Getúlio Vargas estudo para atualização da remuneração dos médicos com base nos índices inflacionários oficiais. O estudo partiu do valor do salário mínimo do médico em dezembro de 1961 e concluiu que este equivaleria, em 1º de janeiro deste ano, a R\$ 7.503. Um médico da rede pública brasileira, disse o parlamentar, recebe



Fotos de Geraldo Magela

Gilvam Borges pede aprovação de projeto da Câmara dos Deputados

hoje R\$ 1.245.

Gilvam Borges informou que se reuniu com 12 representantes dos médicos no estado do Amapá para tratar da questão. A má remuneração, "além de injusta, colabora para que o estado da saúde pública do país seja uma ilha cercada de problemas por todos os lados", disse ele.

Casagrande: decisão do fisco paulista prejudica Espírito Santo

Renato Casagrande (PSB-ES) criticou em Plenário decisão normativa publicada pela Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo que atribui ao fisco local o direito ao crédito tributário do ICMS devido nas operações de importação de mercadorias realizadas por empresas estabelecidas em outros estados.

Segundo o senador, "são imensuráveis" os danos dessa medida para o Espírito Santo e outras unidades federativas que adotaram políticas de fomento ao comércio exterior. Em seu estado – onde grande parte dos municípios tem a sua economia baseada nos repasses do ICMS incidente nas importações –, explicou, 26% do produto interno bruto (PIB) decorre de atividades de importação, que ali geram mais de 40 mil empregos.

– Isso [a decisão de São Paulo] cria um monstruoso passivo dos estados onde são desenvolvidas essas operações de importação com São Paulo, que assim quer se tornar então um poderoso credor de seus irmãos da Federação. A posição unilateral adotada pelo fisco de São Paulo, além de colocar em xeque a base da Federação, violou arrogantemente os limites da sua própria competência, usurpando do Congresso Nacional o direito de definir quem é competente para exigir um tributo – afirmou.



Boa parte do PIB do Espírito Santo decorre de importação, diz senador

Prêmio a Marina

No mesmo discurso, Renato Casagrande parabenizou a senadora Marina Silva (PT-AC) pelo recebimento do Prêmio Internacional Sofia 2009, atribuído anualmente pela fundação norueguesa Sophie a pessoa ou organização que tenha contribuído para reforçar a consciência de defesa do meio ambiente e a importância de alternativas para o desenvolvimento sustentável.

O prêmio foi criado em 1997 pelo escritor norueguês Jostein Gaarder, autor do livro *O Mundo de Sofia*, best-seller traduzido para 53 idiomas.

– Como presidente da Comissão de Meio Ambiente, que tem Marina Silva como membro, fico feliz, e tenho certeza de que o Senado Federal também, com o prêmio que a senadora está recebendo da fundação norueguesa – disse o parlamentar.

Senador adianta que um dos casos a serem investigados é aditamento ao contrato para a construção da eclusa de Tucuruí, que teve um acréscimo de R\$ 155 milhões

Mário Couto diz que já tem assinaturas para CPI do Dnit

NA PRÓXIMA SEMANA o senador Mário Couto (PSDB-PA) deve apresentar novo requerimento para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar possíveis irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ele revelou que já conta com a assinatura de 28 senadores e que aguarda a decisão dos parlamentares do PDT.

– Atenção, Brasil, atenção, meu Pará querido: consegui de novo e vou instalar a CPI do Dnit. Oxalá seja eu o presidente desta CPI, pois quero mostrar à nação a podridão que se encontra instalada naquele e em outros órgãos também – afirmou o parlamentar.

Mário Couto antecipou que um dos assuntos que deverá ser investigado pela CPI será o contrato para a construção da eclu-



Foto de Geraldo Magela

Senador apresentará requerimento na próxima semana

sa da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, obra incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Informou que o serviço foi licitado inicialmente em R\$ 248 milhões, porém, a construtora responsável pediu um aditamento ao contrato. A Lei das Licitações, segundo observou, permite um acréscimo de até 25%, ou seja, R\$ 62 milhões, mas o aditivo teria sido feito no

valor de R\$ 155 milhões.

– Olha, Pará, como o dinheiro vai embora. Por isso a eclusa não sai nunca. Vocês do sudeste do Pará, que esperam anos e anos e anos pela obra, olhem como é a roubalheira. Vou desmascarar tudo isso na CPI do Dnit. Pode até ser que o governo mande arquivar a CPI, mas o Ministério Público vai tomar conhecimento, a nação vai tomar conhecimento, o meu estado do Pará vai tomar conhecimento.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal deveriam ser os responsáveis pela investigação, e não o Senado. Ele salientou que, sempre que se aproxima de períodos eleitorais, CPIs são propostas. Mário Couto discordou do colega com o argumento de que a Constituição enumera entre as atribuições do Legislativo a de fiscalizar o Executivo.

Mão Santa: Wellington demitiu 800 e aumentou seu salário

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governador do Piauí, Wellington Dias, por ter demitido 800 servidores, alegando necessidade de redução de gastos para conter a crise, conforme o Portal180graus. Depois, segundo o senador, o governador aumentou o próprio salário e o do vice, por meio de projeto enviado à Assembléia Legislativa.

O parlamentar disse que, com o aumento, o governador do Piauí vai ganhar R\$ 12.384,

salário mais alto do que o do presidente Lula – R\$ 8.900. Lamentou o fato de os professores da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) continuarem em greve, "porque o governo local não dá sinais de que poderá reajustar os salários".

Conforme Mão Santa, o governador do Piauí "merece o prêmio medalha de ouro por causa de suas mentiras e pela má administração". Disse que diversas obras anunciadas não



Mão Santa afirma que o governador merece prêmio "por suas mentiras"

saíram do papel, entre elas pontes, uma estrada de ferro e a zona de processamento de exportações (ZPE).



João Pedro propõe limitar aquisições a 10% da área de cada município

João Pedro (PT-AM) informou ao Plenário ter apresentado projeto que limita em 10% da extensão de cada município a área total permitida para aquisição por estrangeiros na região

João Pedro quer estrangeiros com menos terra na Amazônia

amazônica. O senador explicou que sua proposta pretende estabelecer um rigor maior no trato da questão, uma vez que a legislação vigente permite que estrangeiros detenham até 40% do território dos municípios. Ressaltou que o projeto veda totalmente o acesso de quem não seja cidadão brasileiro a terras situadas na faixa de fronteira, que está fixada em 150 quilômetros.

De acordo com o projeto de João Pedro, os cartórios locais ficarão encarregados da fiscalização e o controle das transferências de posse nos municípios.

Esses cartórios deverão emitir relatórios mensais destinados ao Incri e aos institutos estaduais com essas informações. A proposta estabelece que, no caso de não cumprimento da decisão, os cartórios estarão sujeitos a punição, como perda da concessão.

– Eu espero que esse projeto de lei contribua para garantir a soberania nacional, disciplinando a regularização fundiária na Amazônia. As terras públicas da Amazônia devem ser para os brasileiros, para os homens da Amazônia, para as populações da Amazônia – afirmou.

Mudam regras para o exame de concessões

O Plenário aprovou quarta-feira projeto de resolução do Senado (PRS 11/08) que estabelece novos critérios para a apreciação, pelos senadores, dos atos de outorga e renovação de concessões e permissões para

exploração de serviços de rádio e televisão, e de autorizações para rádios comunitárias. O projeto, que vai a promulgação, revoga a Resolução do Senado 39/92, que trata do assunto.

De autoria de Antonio Carlos

Júnior (DEM-BA), o projeto posiciona o Senado como Casa revisora. Isso significa que ao Senado está facultada a análise dos documentos relativos aos atos de outorga ou autorizações já analisados pela Câmara –

onde ocorre a avaliação de uma extensa lista de documentos exigidos das empresas pleiteantes – sem que todo o processo seja reiniciado pelos senadores. A medida irá evitar a dupla checagem da documentação.

Órgão receberia denúncias sobre preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual. Projeto segue agora para CDH

Senado poderá ter ouvidoria para combater discriminação

AS VÍTIMAS DE discriminação ou preconceito poderão contar com uma ouvidoria permanente no Senado, que ficaria encarregada de receber denúncias sobre esse tipo de crime. A proposta, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue agora para exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com o projeto (PLS 4/03), caberá à ouvidoria coletar informações, investigar e avaliar "denúncias de discriminação ou preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual". O órgão deverá também investigar a existência de preconceito nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação e enviar às autoridades competentes as queixas recebidas, visando à adoção das medidas previstas na legislação.

A proposta estabelece que



Paim é autor da proposta, aprovada ontem pela Comissão de Justiça

o órgão seja formado por um senador de cada partido com representação no Senado. Determina ainda que a apresentação de denúncias seja feita por ordem de inscrição e diretamente aos parlamentares que integram o colegiado.

Paim argumenta que a ouvidoria poderá contribuir para aproximar o Senado da sociedade, além de auxiliar os senadores no processo de ela-

aboração de leis. Em seu voto favorável, o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destaca a importância da manifestação direta da população junto aos senadores, denunciando atos de discriminação e preconceito.

Combustíveis

A CCJ aprovou ainda requerimento solicitando informações ao Ministério de Minas e Energia sobre medidas para evitar irregularidades na distribuição e comercialização de combustíveis. O requerimento foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Foi rejeitado pela CCJ projeto de decreto legislativo (PDS 952/03), de Valdir Raupp (PMDB-RO), que propunha a convocação de plebiscito sobre a adoção do horário de verão. E por determinação de Demostenes Torres (DEM-GO) foi retirado de pauta projeto (PLS 201/04) sobre comercialização de soja transgênica.

CCJ retoma o exame de projeto sobre fiscalização de combustível

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu ontem dar continuidade à tramitação do projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que torna obrigatória a fiscalização anual, pela União, das empresas de distribuição e de venda de combustíveis. Baseado no relatório final da CPI dos Combustíveis, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o projeto foi apresentado em 2006, mas estava parado.

A CCJ também aprovou as três ações sugeridas por Suplicy sobre o tema. Relator do ofício que encaminhou o relatório da CPI paulista, o senador apresentou parecer pelo ar-

quivamento do documento, envio de requerimento de informações à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), indagando sobre o acompanhamento das denúncias feitas pela CPI, e aceleração do trâmite de seu projeto.

Finalmente, passados quatro anos do encaminhamento do relatório final da CPI da Assembleia Legislativa a alguns órgãos e entidades do governo federal, parece-nos oportuno instá-los a relatar ao Senado se as providências sugeridas, para sanar os principais problemas levantados, foram efetivamente implantadas – afirmou Suplicy. A resposta do Minis-



Proposta foi apresentada por Eduardo Suplicy em 2006, mas estava parada

tério de Minas e Energia será encaminhada à assembleia.

Na justificativa do projeto, Suplicy chama a atenção para o fato de o relatório indicar irregularidades no âmbito das distribuidoras e revendedoras de combustíveis, que, provavelmente, ocorrem em outras unidades da Federação.

Votação de projetos sobre cotas deve ser adiada

A votação do parecer de Serys Slhessarenko (PT-MT) aos projetos que estabelecem política de cotas para ingresso nas universidades públicas e nas escolas técnicas federais deverá ser adiada novamente.

Isso porque o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Demostenes Torres (DEM-

GO), pretende pedir vista dessas matérias – uma da Câmara (PLC 180/08) e outra do Senado (PLS 344/08) –, logo após a leitura do parecer na reunião da próxima quarta-feira. A intenção do senador é apresentar voto em separado defendendo um regime de cotas de caráter social, e não racial.

Conforme adiantou, "é preciso verificar se essa iniciativa é constitucional e definir a extensão da reserva de vagas de forma a não ferir a autonomia universitária". Demostenes sustenta que o critério de renda deve nortear o preenchimento dessas vagas, "pois o viés racial já está contemplado nas cotas de fundo social".



Demostenes (E, ao lado de Marconi Perillo) anuncia que pedirá vista das matérias para apresentar voto em separado

Lúcia Vânia defende proposta que cria cadastro positivo

"O Congresso pode contribuir para reduzir os custos do crédito no Brasil aprovando o projeto sobre o cadastro positivo", afirmou Lúcia Vânia (PSDB-GO). A senadora pediu à Câmara que aprove o PLC 836/03, regulamentando os registros de informação de crédito.

A legislação brasileira atual é omissa em relação à atuação dos registros de informação de crédito. Essa omissão tem gerado incerteza jurídica e conflito com o Código de Defesa do Consumidor. Com isso, há uma limitação ao compartilhamento das informações, o que gera uma dificuldade dos bancos de distinguirem os bons dos maus pagadores – justificou.

Sem um cadastro positivo, comentou Lúcia Vânia, os bons pagadores acabam sendo obrigados a pagar taxas de juros que compensem os que não costumam honrar seus compromissos.



Para Lúcia Vânia, regulamentação pode reduzir os custos do crédito

A falta de um marco regulatório tem limitado a abrangência dos bancos de dados no Brasil, segundo a senadora.

Ela observou que empresas que atuam em países nos quais há maior disponibilidade de informação tendem a ter mais acesso a crédito e, consequentemente, a financiamentos mais baratos.

"Plano de 2006 para moradia ficou na boa intenção"

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), citou em Plenário noticiário de 2006 que anunciava o lançamento de um programa de construção de 300 mil casas populares pelo governo Lula, com investimento de R\$ 18,7 bilhões. O senador lembrou que o programa foi acusado de eleitoreiro por algumas pessoas, enquanto da parte do governo se dizia que a oposição estava agourando a iniciativa. Virgílio ressaltou que o projeto ficou somente na "boa intenção".

O parlamentar recordou que, ao anunciar agora novo programa habitacional, para construção de 1 milhão de casas populares, o governo inicialmente fixou o prazo de um ano para a entrega das moradias. No entanto, ressaltou, o próprio presidente Lula



Virgílio: governo deveria anunciar agora 1,3 milhão de casas

já teria dito que o programa será concluído depois de seu governo.

Arthur Virgílio disse que, se o governo tivesse construído as 300 mil casas populares anunciadas em 2006, neste novo pacote necessitaria construir somente mais 700 mil.

Como ele não fez as outras 300 mil, eu sugeriria que, em vez de 1 milhão, o governo aumentasse esse número para 1 milhão e 300 mil casas. Assim, ele compensaria a falha passada. Ainda é tempo, é questão de fazer melhor o que tem feito em relação ao PAC – criticou o senador.

Mozarildo elogia artigo contra demarcação de área em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu em Plenário artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de autoria do ex-presidente da Câmara, deputado Aldo Rabelo, intitulado "O erro em Roraima", em que contesta a demarcação em área contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A demarcação foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal há duas semanas.

No artigo, o deputado defende a aprovação de projeto de sua autoria que transfere para o Congresso Nacional a homologação das áreas demarcadas pelo Executivo. A proposta também veda a demarcação de terra indígena em área de fronteira. "Poder soberano e popular por excelência, o Parlamento poderá oferecer soluções



Mozarildo é autor de PEC que muda processo para demarcar terra indígena

isonômicas para um problema que se agrava", argumentou Aldo Rabelo.

Mozarildo Cavalcanti lembrou ter apresentado em 1999 proposta de emenda à Constituição de teor semelhante. O texto determina que o Senado Federal examine as demarcações feitas pelo governo.